



PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo N.º 62/2021
Inexibibilidade de Licitação n.º 06/2021

OBJETO: Contratação de SHOW ARTÍSTICO DA DUPLA LEO HENRIQUE e RENAN.

Encaminhado ao setor jurídico a solicitação de emissão de Parecer Jurídico em relação a contratação de show artístico a ser realizado pela dupla Léo Henrique e Renan, nos termos do parágrafo único, do artigo 38 da Lei 8666/93, o qual transcreve-se:

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93.

A Secretária Municipal de Turismo e Cultura solicitou a contratação da dupla Léo Henrique e Renan para a realização de show musical durante o evento denominado "Encontro de Música Raiz" a ser realizado no dia 14 de novembro de 2021, em Porto Esperidião/MT.

Em resumo, justificou que se trata de um evento regional que reúne visitante nos dias de sua realização, em busca de lazer de qualidade. O evento proporciona expressivo aumento da ocupação hoteleira e aquecimento dos demais seguimentos do comércio local e regional.

Observa-se que não há documentos que corroborem com as justificativas apresentadas.

O objeto está descrito adequadamente, nos termos do artigo 40, I da Lei de Licitações. O Termo de Referência corrobora com a descrição do objeto. Não cabe ao parecerista tratar do mérito da contratação, no entanto, vale mencionar que as contratações que demandam recursos públicos devem estar em consonância com o disposto no artigo 3.º "caput" da Lei de licitações.



Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

Não sendo desarrazoado alertar que pelo cometimento de ato danoso ao erário será o gestor alcançado pelos sistemas de controle interno e externo.

O gabinete do Prefeito autorizou a abertura do procedimento de licitação e o Prefeito autorizou que fossem tomadas as providências necessárias para a abertura do procedimento licitatório.

Encontram-se anexados os documentos que atestam a existência e dotação orçamentária para o pagamento dos artistas.

A pesquisa nos sites de busca da rede mundial de computadores Internet resulta que a dupla realiza shows públicos. Estão anexados cópias de notas fiscais pagamento de shows em cidades do Estado de Mato Grosso (Cáceres-valor R\$ 21.725,00) do que se denota que a dupla é conhecida e detém reconhecimento público em nível regional, bem como atesta que o preço da contratação é compatível com o preço praticado pela dupla na região.

A Nota Fiscal fornecida pela prefeitura de São José dos Quatros estampa que a dupla foi contratada naquele município pelo valor de R\$ 11.000,00.

Segundo a Secretaria Municipal de Turismo o evento 1º Encontro de Música Raiz atrai pessoas das cidades circunvizinhas e serve para divulgar a produção cultural do município e as benesses naturais do rio Jauru, e em decorrência atrair turistas. Fatos que justificam, economicamente, a contratação de show nacional, desde que dentro das previsões e compatibilidade orçamentária.

Os orçamentos (Notas Fiscais) anexados demonstram que o preço se aproxima dos valores cobrados pelas artistas em outros municípios.

A contratação está sendo feita diretamente de empresa PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA representante exclusiva do artista, haja vista que é vedada a contratação por meio de intermediário. Conforme Declaração e Carta de Exclusividade à empresa PEDRO BATISTA CORREA – ME, anexada (art. 25, Inciso III, da Lei de Licitações).

Para a contratação de artista é necessário respeitar no processo licitatório o princípio da impessoalidade, atendimento ao interesse público e tratamento igualitário, previstos no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

Porém, é possível a contratação de personalidades do setor artístico sem obrigatoriedade de licitação, desde que preenchidos os requisitos legais e constitucionais, e respeitada a necessidade de formalização do respectivo processo para a aferição das exigências.

No presente caso, está anexada a comprovação de que se trata de artistas consagrados regionalmente, uma vez que é notório o seu reconhecimento público. Tendo, inclusive, realizado apresentações em Cáceres, Salto do Céu e São José dos Quatro Marcos.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

A possibilidade é prevista no artigo 25 da Lei 8.666/1993, que autoriza a Administração Pública a fazer a contratação direta de artistas consagrados pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Desta forma, no presente caso, está evidenciada a existência de situação de inexigibilidade de licitação de que trata o art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93, verbis:

“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.”

Estando o processo devidamente instruído com os documentos necessários à análise, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação, o qual submeto, respeitosamente a apreciação superior, para que reanalise o objeto e decida pela contratação.

S. M. J.

Porto Esperidião, 03 de novembro de 2021.

José de Barros Neto
Portaria 58/2012

José de Barros Neto
Advogado - OAB/MT 66410